

Alto Sertão Participações S.A. e Controladas

Demonstrações Financeiras
Individuais e Consolidadas Referentes ao
Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2016 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas e Administradores da
Alto Sertão Participações S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Alto Sertão Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Alto Sertão Participações S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada a continuidade operacional

Chamamos atenção para a nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras que indica que no exercício findo em 31 de dezembro de 2016: (i) a Companhia incorreu em prejuízo de R\$ 266.600 mil (controladora e consolidado), do qual R\$ 217.723 mil foi referente à provisão para redução ao valor recuperável do ativo imobilizado conforme nota explicativa nº 7 às demonstrações financeiras; (ii) os passivos circulantes excederam o total dos ativos circulantes no montante de R\$ 14.620 mil (controladora) e R\$ 1.043.319 mil (consolidado); e (iii) as controladas da Companhia encontravam-se em fase pré-operacional e, para a finalização dos projetos, dependerão de recursos dos acionistas e/ou financiamentos de terceiros. Essas condições, em conjunto com outros assuntos descritos na nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 225.000 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem

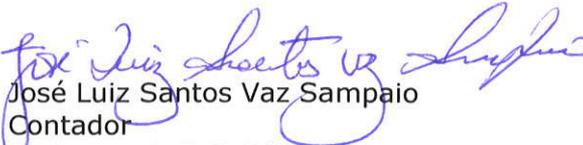
inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 12 de maio de 2017


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F"-BA


José Luiz Santos Vaz Sampaio
Contador
CRC - BA 015.640/O-3

ALTO SERTÃO PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS
PARA O EXERCÍCIO FÍNDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	Consolidado		Controladora		Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015		31/12/2016	31/12/2015		
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO										
CIRCULANTE										
Caixa e equivalentes de caixa	4	328	718	-	-	8	206.762	277.096	49	2
Impostos a recuperar	5	1.249	845	-	-	9	815.150	549.486	14.571	15.148
Pagamentos antecipados		67	372	-	-	10	1.353	2.994	-	-
Outros créditos		70	-	-	-	11	12.695	2.614	-	-
Total do ativo circulante		1.714	1.935	-	-	12	9.073	-	-	-
							1.045.033	832.190	14.620	15.150
NÃO CIRCULANTE										
Partes relacionadas	12	-	-	72.572	539.077	8	26.461	-	-	-
Investimentos	6	-	-	788.490	3.659	11	522	-	-	-
Imobilizado	7	1.918.126	1.358.221	1.382	380	12	57.643	-	57.643	-
Total do ativo não circulante		1.918.126	1.358.221	862.444	543.116		84.626	-	57.643	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO										
Capital social							1.065.592	12.164	1.065.592	12.164
Prejuízos acumulados							(275.411)	(8.811)	(275.411)	(8.811)
Recursos para futuro aumento de capital							-	524.613	-	524.613
Total do patrimônio líquido							790.181	527.966	790.181	527.966
TOTAL DO ATIVO		1.919.840	1.360.156	862.444	543.116		1.919.840	1.360.156	862.444	543.116

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ALTO SERTÃO PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Em milhares de reais - R\$, exceto o prejuízo por ação básico e diluído)

	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
DESPESAS					
Gerais e administrativas		(3.834)	(1.120)	(50)	(70)
Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado	7, 14	(217.723)	-	-	-
Outras despesas		(15.544)	(2.780)	-	-
Total	14	(237.101)	(3.900)	(50)	(70)
Resultado de equivalência patrimonial	6	-	-	(266.430)	(6.907)
Total		(237.101)	(3.900)	(266.480)	(6.977)
PREJUÍZO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(237.101)	(3.900)	(266.480)	(6.977)
RESULTADO FINANCEIRO					
Despesas financeiras	15	(29.499)	(3.313)	(120)	(236)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(266.600)	(7.213)	(266.600)	(7.213)
Prejuízo por ação básico e diluído (expresso em reais - R\$)				(0,250)	(0,593)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ALTO SERTÃO PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Em milhares de reais - R\$)

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Prejuízo do exercício	(266.600)	(7.213)	(266.600)	(7.213)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>(266.600)</u>	<u>(7.213)</u>	<u>(266.600)</u>	<u>(7.213)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ALTO SERTÃO PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (CONTROLADORA E CONSOLIDADO)

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Prejuízos acumulados	Recursos para futuro aumento de capital	Total do patrimônio líquido da controladora e consolidado
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014		12.164	(1.598)	36.402	46.968
Recursos para futuro aumento de capital		-	-	488.211	488.211
Prejuízo do exercício		-	(7.213)	-	(7.213)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		12.164	(8.811)	524.613	527.966
Integralização de capital	13.2	1.053.428	-	(524.613)	528.815
Prejuízo do exercício		-	(266.600)	-	(266.600)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016		1.065.592	(275.411)	-	790.181

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ALTO SERTÃO PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Prejuízo do exercício		(266.600)	(7.213)	(266.600)	(7.213)
Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício com o caixa aplicado nas atividades operacionais:					
Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado	7,14	217.723	-	-	-
Multa sobre ressarcimento	11.1, 14	12.309	2.614	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	6	-	-	266.430	6.907
(Aumento) redução nos ativos operacionais:					
Impostos a recuperar		(404)	(844)	-	-
Pagamentos antecipados		305	24	-	-
Outros créditos		(70)	-	-	-
Aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Fornecedores		-	2	47	2
Impostos a recolher		(1.641)	2.760	-	-
Pagamento contas a pagar - CCEE		(1.706)	-	-	-
Pagamentos de juros sobre empréstimos e financiamentos	9.1	(2.354)	(232)	(2.354)	(232)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		<u>(42.438)</u>	<u>(2.889)</u>	<u>(2.477)</u>	<u>(536)</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Aplicações financeiras		-	219.681	-	-
Aquisição de imobilizado	7, 19	(116.212)	(999.602)	-	-
Pagamento de imobilizado adquirido em períodos anteriores		(88.066)	(4.072)	-	-
Partes relacionadas		-	-	(70.813)	(502.675)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		<u>(204.278)</u>	<u>(783.993)</u>	<u>(70.813)</u>	<u>(502.675)</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Recursos para futuro aumento de capital		-	488.211	-	488.211
Integralização da capital		16.647	-	16.647	-
Pagamentos de empréstimos		(1.000)	-	(1.000)	-
Valores recebidos de empréstimos e financiamentos	9.1	163.963	300.000	-	15.000
Custos na captação de financiamentos	9.1	-	(621)	-	-
Partes relacionadas		66.716	-	57.643	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		<u>246.326</u>	<u>787.590</u>	<u>73.290</u>	<u>503.211</u>
(REDUÇÃO) AUMENTO NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>(390)</u>	<u>708</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	718	10	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	4	328	718	-	-
(REDUÇÃO) AUMENTO NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>(390)</u>	<u>708</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ALTO SERTÃO PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Alto Sertão Participações S.A. ("Alto Sertão" ou "Companhia" ou "Controladora"), com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Roque Petroni Júnior, 999, 15º andar, foi constituída em 1 de setembro 2014, na forma de sociedade por ações de capital fechado e tem como objeto social principal participar no capital social de outras sociedades.

Conforme nota explicativa 13, a Companhia é controlada diretamente pela Renova Energia S.A. ("Renova Energia"), sociedade de capital aberto que tem suas ações negociadas no nível 2 de Governança Corporativa na BM&FBOVESPA ("BOVESPA").

Em 31 de dezembro de 2016, o capital circulante líquido negativo consolidado da Companhia é de R\$1.043.319. A Administração da Companhia vem conduzindo ações com o objetivo de melhorar a sua estrutura financeira e de capital de giro que incluem a estruturação da dívida com prazos mais longos e adequados às necessidades atuais. A Companhia está em entendimentos para assinatura do contrato de financiamento de longo prazo com o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico – BNDES, no montante aproximado de R\$900.000 que irá substituir o empréstimo-ponte tomado e registrado no passivo circulante até 31 de dezembro de 2016 no montante de R\$800.579 (principal e encargos), e o restante será utilizado para as obras relacionadas ao projeto Alto Sertão III–Fase A. Até o momento, já foram investidos no Alto Sertão III–Fase A o montante de R\$1,9 bilhões, que corresponde a 87%(*) da compleição física da obra, sem que houvesse liberação de financiamento de longo prazo do BNDES.

(*) Informação não auditada pelos auditores independentes.

Atualmente, a Companhia participa nas seguintes controladas:

Eólico	Consolidação	% Participação			
		31/12/2016		31/12/2015	
		Direta	Indireta	Direta	Indireta
Diamantina Eólica Participações S.A.	Integral	99,99	-	99,99	-
Centrais Eólicas São Salvador S.A.	Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Abil S.A.	Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Acácia S.A.	Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Angico S.A.	Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Folha da Serra S.A.	Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Jabuticaba S.A.	Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Jacarandá do Serrado S.A.	Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Taboquinha S.A.	Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Tabua S.A.	Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Vaqueta S.A.	Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Unha d'Anta S.A.	Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Cedro S.A.	Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Vellozia S.A.	Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Angelim S.A.	Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Facheio S.A.	Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Sabiu S.A.	Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Barbatimão S.A.	Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Juazeiro S.A.	Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Jataí S.A.	Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Imburana Macho S.A.	Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Amescla S.A.	Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Umbuzeiro S.A.	Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Pau d'Água S.A.	Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Manineiro S.A.	Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99

ALTO SERTÃO PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

A holding Diamantina Eólica Participações S.A. ("Diamantina"), é sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social principal a participação em outras sociedades que atuam, direta ou indiretamente na área de geração de energia elétrica por fonte eólica, e está sediada no Estado de São Paulo.

As demais companhias são sociedades de propósito específico, que tem como objeto social, implantar, operar, explorar bem como comercializar a energia elétrica proveniente de parques eólicos, localizados no Estado da Bahia através da construção e exploração de energia elétrica por fonte eólica.

1.1. Das autorizações

1.1.1. Mercado Regulado (ACR)

<u>Companhias</u>	<u>Ref. Contrato</u>	<u>Portaria MME</u>	<u>Data da portaria</u>	<u>Prazo da autorização</u>	<u>Capacidade de produção instalada*</u>
Centrais Eólicas São Salvador S.A.	LEN 06/2012 (A-5)	162	22/05/2013	35 anos	18,90 MW
Centrais Eólicas Abil S.A.	LER 05/2013	109	19/03/2014	35 anos	23,70 MW
Centrais Eólicas Acácia S.A.	LER 05/2013	123	24/03/2014	35 anos	16,20 MW
Centrais Eólicas Angico S.A.	LER 05/2013	111	19/03/2014	35 anos	8,10 MW
Centrais Eólicas Folha da Serra S.A.	LER 05/2013	115	19/03/2014	35 anos	21,00 MW
Centrais Eólicas Jabuticaba S.A.	LER 05/2013	113	19/03/2014	35 anos	9,00 MW
Centrais Eólicas Jacaranda do Serrado S.A.	LER 05/2013	116	19/03/2014	35 anos	21,00 MW
Centrais Eólicas Taboquinha S.A.	LER 05/2013	114	19/03/2014	35 anos	21,60 MW
Centrais Eólicas Tabua S.A.	LER 05/2013	110	19/03/2014	35 anos	15,00 MW
Centrais Eólicas Vaqueta S.A.	LER 05/2013	132	28/03/2014	35 anos	23,40 MW

* Informações não auditadas pelos auditores independentes.

1.1.2. Mercado Livre (ACL)

<u>Companhias</u>	<u>Ref. Contrato</u>	<u>Resolução ANEEL</u>	<u>Data da resolução</u>	<u>Prazo da autorização</u>	<u>Capacidade de produção instalada*</u>
Centrais Eólicas Amescla S.A.	ACL (Light I)	5099	26/03/2015	30 anos	13,5 MW
Centrais Eólicas Angelim S.A.	ACL (Light I)	5092	26/03/2015	30 anos	21,6 MW
Centrais Eólicas Barbatimão S.A.	ACL (Light I)	5093	26/03/2015	30 anos	16,2 MW
Centrais Eólicas Facheio S.A.	ACL (Light I)	5098	26/03/2015	30 anos	16,5 MW
Centrais Eólicas Imburana Macho S.A.	ACL (Light I)	5085	26/03/2015	30 anos	16,2 MW
Centrais Eólicas Jataí S.A.	ACL (Light I)	5081	26/03/2015	30 anos	16,2 MW
Centrais Eólicas Juazeiro S.A.	ACL (Light I)	5088	26/03/2015	30 anos	18,9 MW
Centrais Eólicas Sabiu S.A.	ACL (Light I)	5084	26/03/2015	30 anos	13,5 MW
Centrais Eólicas Umbuzeiro S.A.	ACL (Light I)	5091	26/03/2015	30 anos	21,6 MW
Centrais Eólicas Unha d'Anta S.A.	ACL (Light I)	5096	26/03/2015	30 anos	13,5 MW
Centrais Eólicas Vellozia S.A.	ACL (Light I)	5087	26/03/2015	30 anos	21,9 MW
Centrais Eólicas Cedro S.A.	ACL (Light I)	5496	01/10/2015	30 anos	12,0 MW
Centrais Eólicas Manineiro S.A.	ACL (Mercado livre III)	5125	01/04/2015	30 anos	14,4 MW
Centrais Eólicas Pau D'Água S.A.	ACL (Mercado livre III)	5126	01/04/2015	30 anos	18 MW

* Informações não auditadas pelos auditores independentes.

ALTO SERTÃO PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

1.2. Comercialização de energia:

1.2.1 Mercado Regulado (ACR)

Companhias do Grupo	Ref. Contrato	Compradora	Valores				Prazo			
			Valor original do Contrato	Energia anual contratada (MWh)	Preço histórico MWh (R\$)	Preço atualizado MWh (R\$)	Inicial	Final	Índice de correção	Mês de reajuste
Centrais Eólicas São Salvador S.A.	LEN 06/2012	Distribuidoras	161.069	89.352	90,07	119,40	jan/17	dez/36	IPCA	janeiro
Centrais Eólicas Abil S.A.	LER 05/2013	CCEE	202.880	96.360	105,20	133,74	set/15	ago/35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Acácia S.A.	LER 05/2013	CCEE	137.544	60.444	113,70	144,54	set/15	ago/35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Angico S.A.	LER 05/2013	CCEE	76.101	34.164	111,30	141,49	set/15	ago/35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Folha de Serra S.A.	LER 05/2013	CCEE	176.183	84.972	103,60	131,71	set/15	ago/35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Jabuticaba S.A.	LER 05/2013	CCEE	82.350	39.420	104,38	132,70	set/15	ago/35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Jacaranda do Cerrado S.A.	LER 05/2013	CCEE	173.200	83.220	103,99	132,20	set/15	ago/35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Taboquinha S.A.	LER 05/2013	CCEE	187.680	88.476	105,99	134,74	set/15	ago/35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Tabua S.A.	LER 05/2013	CCEE	135.964	64.824	104,80	133,23	set/15	ago/35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Vaqueta S.A.	LER 05/2013	CCEE	198.004	93.732	105,55	134,18	set/15	ago/35	IPCA	setembro

1.2.2. Mercado Livre (ACL)

As controladas possuem contratos no mercado livre que totalizam 234,0 MWh (*) de capacidade instalada, com 115,2 MWh de energia vendida, conforme quadro abaixo:

Projetos	Fonte	Energia Vendida (MW médio*)
Light I	Eólica	100,2
Mercado livre III	Eólica	15,0
		<u>115,2</u>

(*) Informações não auditadas pelos auditores independentes.

Quatorze parques eólicos que estão sendo construídos pela Alto Sertão e suas controladas possuem contrato de venda de energia no Mercado Livre, e quando estes estiverem prontos para operação comercial, terão a sua energia gerada para suprimento dos contratos de energia comercializados no Mercado Livre pela parte relacionada Renova Comercializadora de Energia S.A. ("Renova Comercializadora"), controlada direta da Renova Energia S.A. e tem por objeto social principal a comercialização de energia elétrica em todas as suas formas.

Certos contratos de venda de energia previam o início da entrega da energia no exercício de 2015. Devido ao fato de que os parques ainda não estarem finalizadas, a operação de venda de energia está sendo realizada pela companhia ligada Renova Comercializadora.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas foram elaboradas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, compreendendo: a Lei das Sociedades por Ações, que incorporam os dispositivos das leis 11.638/07 e 11.941/09; os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC").

A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pela Administração em 12 de maio de 2017.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico como base de valor.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas. Todas as informações financeiras foram apresentadas em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas

A elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e utilize premissas que afetem os valores demonstrados de receitas, despesas, ativos e passivos, inclusive na evidenciação dos passivos contingentes no encerramento do exercício, porém, as incertezas quanto à essas premissas e estimativas podem gerar resultados que exijam ajustes substanciais ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos ou exercícios futuros. Os principais julgamentos, estimativas e premissas utilizados para a elaboração dessas demonstrações financeiras estão listados a seguir:

a) Valor justo dos instrumentos financeiros

Quando não é possível obtê-los em mercados ativos, o valor justo dos ativos e passivos financeiros registrados nas demonstrações financeiras é apurado conforme a hierarquia estabelecida pelo pronunciamento técnico CPC 46 – Mensuração do Valor Justo, que determina certas técnicas de avaliação. As informações para esses modelos são obtidas, sempre que possível, de mercados observáveis ou informações, de operações e transações comparáveis no mercado. Os julgamentos incluem análise das informações, tais como risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Eventuais alterações das premissas referentes a esses fatores podem afetar o valor justo demonstrado dos instrumentos financeiros, ver nota explicativa 17.

b) Vida útil e valor residual dos bens do imobilizado

A Companhia utiliza as taxas definidas pela ANEEL para depreciação dos itens do ativo imobilizado por julga-las que refletem a vida útil desses bens. Entretanto, a Companhia revisa anualmente a vida útil e o valor residual estimado dos bens do ativo imobilizado para avaliar sua razoabilidade. Os detalhes das taxas de depreciação estão divulgados na nota explicativa 7.

c) Redução ao valor recuperável do ativo imobilizado (*impairment*)

Anualmente, a Companhia e suas controladas efetuam o teste de recuperação de seus ativos, ou ainda sempre que houver qualquer evidência interna ou externa que o ativo possa apresentar perda do valor recuperável. O valor recuperável dos ativos foi determinado por meio de cálculo baseado no valor em uso a partir de projeções de caixa para os períodos em que a Companhia e suas controladas possuem autorização dos órgãos reguladores e as premissas utilizadas estão descritas na nota explicativa 7.

2.5 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

2.5.1 Instrumentos financeiros e gestão de riscos (nota explicativa 17)

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros

(exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial.

2.5.1.1. Categoria de instrumentos financeiros

A categoria depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros.

Os ativos e passivos financeiros aplicáveis na Companhia e em suas controladas foram classificados da seguinte forma:

a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São ativos financeiros mantidos para negociação, quando são adquiridos para esse fim, principalmente no curto prazo e são mensurados ao valor justo na data das demonstrações financeiras, sendo as variações reconhecidas no resultado. Os instrumentos financeiros derivativos também são classificados nessa categoria. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante. As controladas possuem classificados nesta categoria para 31 de dezembro de 2016 e de 2015 o caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa 4).

O Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração do valor e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

b) Outros passivos financeiros

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Os principais passivos financeiros da Companhia e de suas controladas em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 compreendem:

- Fornecedores (nota explicativa 8);
- Financiamentos (nota explicativa 9);
- Contas a pagar – CCEE (nota explicativa 11); e
- Partes relacionadas (nota explicativa 12)

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia e suas controladas não possuem instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015.

2.5.1.2. Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

2.5.1.3. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável que pode ocorrer após o reconhecimento inicial desse ativo e que tenha um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados.

A Companhia e suas controladas avaliam a evidência de perda de valor para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento, tanto no nível individualizado, como no nível

coletivo, para todos os títulos significativos. Recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, a Companhia e suas controladas utilizam tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

2.5.2. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração - itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas para redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

O custo dos ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessária para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, quando aplicado, e custos e juros de financiamentos obtidos de terceiros capitalizados durante a fase de construção deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não utilizados, quando aplicável.

2.5.3. Redução ao valor recuperável de ativos

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

2.5.4. Provisões

Uma provisão é reconhecida quando a Companhia ou suas controladas possuem uma obrigação contratual, ou não formalizada, como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

2.5.5. Resultados

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre investimentos. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre financiamentos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

2.5.6. Adoção de pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações novos e/ou revisados

No exercício de 2016, algumas novas normas emitidas e/ou revisadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC entraram em vigor. A Administração analisou tais normas e não identificou impactos relevantes nas demonstrações financeiras. Outras normas emitidas entrarão em vigor a partir do exercício de 2017 as quais a Administração implantará tais pronunciamentos à medida que sua aplicação se tornar obrigatória, não sendo esperados efeitos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia. Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

3. PRINCÍPIOS DA CONSOLIDAÇÃO

Foram consolidadas as demonstrações financeiras das controladas mencionadas na nota explicativa 1.

Descrição dos principais procedimentos de consolidação:

- eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as companhias consolidadas;
- eliminação das participações da controladora no patrimônio líquido das controladas; e
- eliminação dos saldos de receitas e despesas financeiras entre companhia consolidadas.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA (CONSOLIDADO)

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Caixa	3	4
Bancos conta movimento	325	714
Total	<u>328</u>	<u>718</u>

5. IMPOSTOS A RECUPERAR (CONSOLIDADO)

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
IRRF a compensar	1.247	845
CSLL a compensar	2	-
Total	<u>1.249</u>	<u>845</u>

6. INVESTIMENTOS

	<u>Diamantina Eólica Participações S.A.</u>			
	<u>Ativos</u>	<u>Passivos</u>	<u>Patrimônio líquido</u>	<u>Prejuízo</u>
31 de dezembro de 2016	1.918.457	1.129.967	788.490	(266.430)
31 de dezembro de 2015	1.359.776	1.356.117	3.659	(6.907)

6.1 Movimentação do investimento

	<u>31/12/2014</u>	<u>Equivalência patrimonial</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>Adições</u>	<u>Equivalência patrimonial</u>	<u>31/12/2016</u>
Diamantina	<u>10.566</u>	<u>(6.907)</u>	<u>3.659</u>	<u>1.051.261</u>	<u>(266.430)</u>	<u>788.490</u>

7. IMOBILIZADO (CONSOLIDADO)

	<u>31/12/2014</u>	<u>Adições</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>Adições</u>	<u>31/12/2016</u>
Imobilizado em curso					
Geração					
A ratear	11.054	105.314	116.368	192.853	309.221
Terrenos	2.644	5.264	7.908	27	7.935
Edificações, obras civis e benfeitorias	241	208.411	208.652	13.738	222.390
Torres de medição	-	2.634	2.634	16	2.650
Aerogeradores	3.076	482.805	485.881	320.373	806.254
Equipamentos de subestação	-	227.449	227.449	13.438	240.887
Adiantamentos a fornecedores	33.852	275.477	309.329	237.183	546.512
Total do custo do imobilizado em curso	<u>50.867</u>	<u>1.307.354</u>	<u>1.358.221</u>	<u>777.628</u>	<u>2.135.849</u>
Provisão para redução valor recuperável	-	-	-	(217.723)	(217.723)
Total do imobilizado	<u>50.867</u>	<u>1.307.354</u>	<u>1.358.221</u>	<u>559.905</u>	<u>1.918.126</u>

Os investimentos incorridos referem-se basicamente a compra de aerogeradores, obras civis, subestações e gastos diversos.

A rubrica de valores a ratear refere-se principalmente a gastos com projetos, com a implantação das usinas e juros capitalizados. Para data base 31 de dezembro de 2016, o montante de juros capitalizados é de R\$104.838 (2015, R\$34.842).

A Companhia procedeu para 31 de dezembro de 2016 a revisão do valor recuperável de seu ativo imobilizado utilizando o método do valor em uso dos ativos. A taxa de desconto real (calculada pela metodologia wacc) usada para calcular o valor presente dos fluxos de caixa dos projetos foi de 7,95% ao ano, o qual resultou em uma perda de R\$217.723, nos parques do Alto Sertão III – Fase A, a qual foi registrada no resultado do exercício em linha específica. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a avaliação do valor recuperável não resultou em perdas.

8. FORNECEDORES (CONSOLIDADO)

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Circulante	206.762	277.096
Não circulante	26.461	-
Total	<u>233.223</u>	<u>277.096</u>

Os saldos de fornecedores em 31 de dezembro de 2016 referem-se, principalmente, a valores a pagar aos fornecedores de equipamentos e materiais para a construção dos parques eólicos. Inclui também negociação com fornecedores segregados entre circulante e não circulante, conforme cronograma definido em contrato, bem como os encargos financeiros quando aplicável.

9. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

		Consolidado					
		31/12/2016			31/12/2015		
		Circulante			Circulante		
Moeda Nacional	Custo da Dívida	Encargos	Principal	Total	Encargos	Principal	Total
BNDES - Ponte I Diamantina Eólica (Subcrédito "A")	TJLP + 8% a.a.	2.298	171.325	173.623	1.746	152.263	154.009
BNDES - Ponte I Diamantina Eólica (Subcrédito "B")	TJLP + 2,5% a.a.	4.256	415.140	419.396	3.861	376.686	380.547
BNDES - Ponte I Diamantina Eólica (Subcrédito "C")	TJ6 + 7,34% a.a.	21.710	185.850	207.560	-	-	-
Banco Modal (b)	CDI + 4,5% a.a.	-	14.571	14.571	148	15.000	15.148
Subtotal dos empréstimos e financiamentos		28.264	786.886	815.150	5.755	543.949	549.704
Custo de captação da operação		-	-	-	-	(218)	(218)
TOTAL DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		28.264	786.886	815.150	5.755	543.731	549.486

		Controladora					
		31/12/2016			31/12/2015		
		Circulante			Circulante		
Moeda Nacional	Custo da Dívida	Encargos	Principal	Total	Encargos	Principal	Total
Banco Modal (b)	CDI + 4,5% a.a.	-	14.571	14.571	148	15.000	15.148

a) BNDES (Empréstimo-ponte)

Em 19 de dezembro de 2014, foi assinado o contrato de financiamento de curto prazo entre o BNDES e a Diamantina, no valor total de R\$700.000, dividido em dois subcréditos: Subcrédito "A" no valor de R\$140.000 e Subcrédito "B" no valor de R\$560.000, para os parques de LEN 2012 (A-5), LER 2013 e mercado livre. Em 18 de fevereiro de 2016, conforme 1º aditivo de contrato entre as partes, houve o remanejamento de parcela do Subcrédito "B" com a criação do subcrédito "C" no valor de R\$163.963. Em 31 de dezembro de 2016, o total liberado foi de R\$663.963. Conforme terceiro aditivo do contrato, de 15 de junho de 2016, os empréstimos pontes serão quitados em 15 de abril de 2017 ou na data de desembolso do financiamento de longo prazo do BNDES, e houve alteração da taxa de juros incidentes sobre o subcrédito "A" de 4,87% a.a. para 8% a.a. acima da TJLP e sobre o subcrédito "C", de 2,98% a.a. para 7,34% a.a. mais incidência de sobretaxa fixa acima da TJ6.

São garantias do financiamento a totalidade das ações da Diamantina e das SPEs que a Diamantina detém ações. Esse contrato não exige índices financeiros como cláusula para vencimento antecipado da dívida.

b) Banco Modal (CCB)

Em 10 de novembro de 2015, foi assinado uma cédula de crédito bancário entre a Companhia e o Banco Modal no valor de R\$15.000, com vencimento em 6 parcelas mensais consecutivas de R\$2.500 a partir de 10 de junho de 2016. Em 28 de junho de 2016 a cédula foi aditada tendo seu vencimento prorrogado para 10 de março de 2017, com alteração da taxa pré-fixada para 6% (seis por cento) ao ano. Em 29 de novembro de 2016, foi assinado o segundo termo de aditamento da cédula, sendo o vencimento prorrogado para 12 de julho de 2017.

ALTO SERTÃO PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

9.1. Movimentação

	Consolidado			Controladora		
	Principal	Encargos	Total	Principal	Encargos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	215.000	94	215.094	-	-	-
Empréstimos e financiamentos obtidos	300.000	-	300.000	15.000	-	15.000
Encargos financeiros pagos	-	(232)	(232)	-	(232)	(232)
Encargos financeiros capitalizados	-	34.842	34.842	-	380	380
Incorporação de encargos ao principal	28.949	(28.949)	-	-	-	-
Custo de captação	(621)	-	(621)	-	-	-
Apropriação dos custos de captação - capitalizado	403	-	403	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	543.731	5.755	549.486	15.000	148	15.148
Empréstimos e financiamentos obtidos	163.963	-	163.963	-	-	-
Encargos financeiros pagos	-	(2.354)	(2.354)	-	(2.354)	(2.354)
Encargos financeiros capitalizados	-	104.838	104.838	-	2.777	2.777
Amortização de empréstimos e financiamento	(1.000)	-	(1.000)	(1.000)	-	(1.000)
Incorporação de encargos ao principal	79.975	(79.975)	-	571	(571)	-
Apropriação dos custos de captação - capitalizado	217	-	217	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	786.886	28.264	815.150	14.571	-	14.571

10. IMPOSTOS A RECOLHER (CONSOLIDADO)

	31/12/2016	31/12/2015
INSS retido de terceiros	186	838
IRRF a recolher	469	475
ISS a recolher	509	1.524
Outros impostos a recolher	189	157
Total	1.353	2.994

11. CONTAS A PAGAR – CCEE (CONSOLIDADO)

	31/12/2016	31/12/2015
CCEE:		
Circulante	12.695	2.614
Não Circulante	522	-
Total	13.217	2.614

Os Contratos de Energia de Reserva celebrados entre as controladas indiretas do LER 2013 e a CCEE estabelecem que sejam apuradas em cada ano contratual as diferenças entre a energia gerada das usinas e a energia contratada.

O ressarcimento por desvios negativos (abaixo da faixa de tolerância – 10%) de geração será pago em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorado a 115% do preço de venda vigente, conforme expresso no referido contrato. Os ressarcimentos que estiverem na faixa de tolerância – 10% de geração serão ressarcidos em 12 parcelas após possíveis compensações com desvios positivos iniciando ao final do primeiro quadriênio contado a partir do início da operação comercial.

As controladas que celebraram contratos de venda de energia de reserva relativo ao LER 2013 deveriam estar aptas a operar em 1 de setembro de 2015. A expectativa da Companhia é de que estes parques entrem em operação comercial no segundo semestre de 2017.

11.1 Movimentação

	Multa sobre ressarcimento	31/12/2015	Multa sobre ressarcimento	Amortização	31/12/2016
CCEE	2.614	2.614	12.309	(1.706)	13.217

12. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	Controladora			
	Ativo		Passivo	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
<u>Adiantamento para futuro aumento de capital (*)</u>				
Diamantina Eólica Participações S.A.	72.572	539.077	-	-
Renova Energia S.A.	-	-	57.643	-
	<u>72.572</u>	<u>539.077</u>	<u>57.643</u>	<u>-</u>
			Consolidado	
			Passivo	
			31/12/2016	31/12/2015
<u>Renova Energia S.A.</u>				
Rateio de despesa			9.073	-
Adiantamento para futuro aumento de capital (*)			57.643	-
			<u>66.716</u>	<u>-</u>

(*) Adiantamentos para futuro aumento de capital realizados/recebidos pela Companhia, sem custo financeiro.

Os saldos das transações com partes relacionadas referem-se ao reflexo das operações da Companhia com sua controlada e com sua controladora Renova Energia S.A., e ao reembolso de despesas realizadas de forma centralizada pela controladora Renova Energia que são rateadas e reembolsadas pelas controladas, essas despesas referem-se basicamente a gastos com pessoal, aluguel e telefonia.

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

13.1 Capital social

A Renova Energia S.A. é o acionista controlador da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015. O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2016 é de R\$1.065.592 (2015, R\$12.164) e está representado por 1.065.591.845 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

13.2 Integralização de capital

Em 25 de julho 2016, a controladora Renova Energia autorizou o aumento de capital da Companhia em R\$1.053.428, mediante a emissão de 1.053.428.037 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, através de moeda corrente no montante de R\$528.815 e capitalização de recursos para futuro aumento de capital no montante de R\$524.613.

14. DESPESAS

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Serviços de terceiros	2.099	578	48	68
Viagens	198	90	-	-
Telefonia e TI	217	-	-	-
Material de uso e consumo	83	-	-	-
Multa sobre ressarcimento	12.309	2.614	-	-
Tusd/Tust*	3.252	-	-	-
Impostos e taxas	624	289	2	2
Outras	596	329	-	-
Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado	217.723	-	-	-
Total	<u>237.101</u>	<u>3.900</u>	<u>50</u>	<u>70</u>

(*) Tusd - tarifa de uso do sistema de distribuição e Tust - tarifa de uso do sistema de transmissão.

15. RESULTADO FINANCEIRO

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Despesas financeiras				
Juros	(27.818)	(629)	-	-
IOF	(1.524)	(2.555)	(40)	(236)
Despesas bancárias	(6)	(121)	-	-
Outras despesas financeiras	(151)	(8)	(80)	-
Total	<u>(29.499)</u>	<u>(3.313)</u>	<u>(120)</u>	<u>(236)</u>

16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Controladora não apurou lucro tributável no exercício. Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 a Controladora possuía prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social a compensar, nos montantes do quadro a seguir para os quais não foram registrados impostos diferidos:

	Controladora	
	31/12/2016	31/12/2015
Prejuízo fiscal do exercício	(170)	(306)
Prejuízos fiscais e bases negativas acumulados de exercícios anteriores	<u>(306)</u>	-
Total de prejuízos fiscais e bases negativas acumulados	<u>(476)</u>	<u>(306)</u>

17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia e suas controladoras mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia e de suas controladoras.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada através da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado e previsão de fluxo de caixa futuros. Essas práticas determinam também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a informação e operacionalização das transações junto com as contrapartes sejam feitas.

a) Valor justo dos instrumentos financeiros

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável.

O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas em nosso balanço pelo seu valor contábil que equivale ao seu valor justo nas rubricas de aplicações financeiras e fornecedores.

ALTO SERTÃO PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

	Consolidado			
	Valor justo		Valor Contábil	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	206.762	277.096	206.762	277.096
Empréstimos e financiamentos	815.150	549.704	815.150	549.486
Partes relacionadas	9.073	-	9.073	-
Não circulante				
Fornecedores	26.461	-	26.461	-
Partes relacionadas	57.643	-	57.643	-

	Controladora			
	Valor justo		Valor Contábil	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Ativos financeiros				
Não circulante				
Partes relacionadas	72.572	539.077	72.572	539.077
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	49	2	49	2
Empréstimos e financiamentos	14.571	15.148	14.571	15.148
Não circulante				
Partes relacionadas	57.643	-	57.643	-

b) Categorias de instrumentos financeiros

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
	Outros ao custo amortizado			
Ativos financeiros				
Não circulante				
Partes relacionadas	-	-	72.572	539.077
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	206.762	277.096	49	2
Empréstimos e financiamentos	815.150	549.486	14.571	15.148
Partes relacionadas	9.073	-	-	-
Não circulante				
Fornecedores	26.461	-	-	-
Partes relacionadas	57.643	-	57.643	-

c) Risco de Mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impactos a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.

O financiamento captado pela Diamantina, controlada da Companhia, apresentado na nota explicativa 9 possuem como contrapartes o BNDES. As regras contratuais para os passivos financeiros criam riscos atrelados a essas exposições. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia e sua controlada possuía um risco de mercado associado à TJLP e ao CDI.

d) Análise de sensibilidade

A tabela a seguir detalha a sensibilidade da Companhia e de suas controladoras à variação de 10% da exposição às taxas de rendimentos e de juros dos instrumentos financeiros para 31 de dezembro de 2016. O percentual de 10% é a taxa média de sensibilidade utilizada para apresentar internamente os riscos ao pessoal chave da Administração e corresponde à avaliação da Administração das possíveis mudanças destas taxas. A análise de sensibilidade inclui as aplicações financeiras e os empréstimos e financiamentos com o BNDES e Banco Modal com taxas pós-fixadas.

A análise é preparada assumindo que o valor do passivo em aberto no final do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 estará em aberto durante todo o exercício seguinte. Um número negativo indica uma redução no resultado e no patrimônio líquido.

	<u>Risco</u>	<u>Impacto no resultado e patrimônio</u>
<u>Passivo financeiro</u>		
Financiamentos - BNDES	Alta da TJLP	(3.742)
Empréstimo - Banco Modal	Alta da CDI	<u>(214)</u>
Total		<u><u>(3.956)</u></u>

e) Risco de Liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade das controladas em liquidar as obrigações assumidas. Informações com maior detalhamento sobre os financiamentos captados pela Companhia são apresentadas na nota explicativa 9.

A Administração da Companhia somente utiliza linhas de crédito que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

O fluxo de realização para as obrigações assumidas em suas condições contratuais é apresentado conforme quadro abaixo (consolidado):

<u>Instrumentos a taxa de juros</u>	<u>De 1 a 3 meses</u>	<u>De 3 meses a 1 ano</u>	<u>Total</u>
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	<u>203.788</u>	<u>611.362</u>	<u>815.150</u>

f) Operações com instrumentos financeiros derivativos

Não houve operações de instrumentos financeiros derivativos nos exercícios apresentados.

g) Gestão de capital (consolidado)

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Dívida de empréstimos e financiamentos	815.150	549.486
(-) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	(328)	(718)
Dívida líquida	<u>814.822</u>	<u>548.768</u>
Patrimônio líquido	<u>790.181</u>	<u>527.966</u>
Índice de alavancagem financeira - %	<u>103,12%</u>	<u>103,94%</u>

Os objetivos da Companhia e de suas controladas ao administrar seu capital são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios

às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Em 31 de dezembro de 2016, o capital circulante líquido negativo consolidado da Companhia é de R\$1.043.319. A Administração da Companhia vem conduzindo ações com o objetivo de melhorar a sua estrutura financeira e de capital de giro que incluem a estruturação da dívida com prazos mais longos e adequados às necessidades atuais. A Companhia está em entendimentos para assinatura do contrato de financiamento de longo prazo, no montante aproximado de R\$900.000 que irá substituir o empréstimo-ponte tomado e registrado no passivo circulante até 31 de dezembro de 2016 no montante de R\$800.579 (principal e encargos), e o restante será utilizado para conclusão das obras relacionadas ao projeto Alto Sertão III-Fase A.

18. COBERTURA DE SEGUROS

Os quadros a seguir apresentam os principais valores em risco com coberturas de seguros:

Objeto da Garantia	Importância Segurada	Vigência		Segurado
		Início	Fim	
Garantia executante construtor (LEN 2012 (A-5))	R\$ 3.144	02/04/2013	01/04/2017	CCEE
Garantia executante construtor (LER 2013)	R\$ 21.817	05/12/2013	31/03/2017	CCEE
Garantia executante construtor (ACL)	R\$ 103.548	19/09/2014	31/01/2017	ANEEL

19. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Durante os exercícios de 2016 e de 2015, a Companhia e suas controladas realizaram as seguintes atividades de investimento e financiamento não envolvendo caixa, portanto as seguintes transações não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Encargos financeiros capitalizados	9.1	104.838	34.842	2.777	380
Rendimentos financeiros capitalizados		-	(4.587)	-	-
Custo de captação de empréstimos e financiamentos capitalizados	9.1	217	403	-	-
Aquisição de ativo imobilizado - fornecedores		44.193	277.094	-	-
Integralização de capital com ativo imobilizado		512.168	-	1.775	-
Aporte de capital em controladas com participação em investidas	13	-	-	512.168	-
Aporte de capital em controladas com saldo de partes relacionadas		-	-	537.318	-

20. EVENTO SUBSEQUENTE

Conforme previsto no quinto aditivo ao contrato de financiamento da controlada Diamantina, assinado em 13 de abril de 2017, a Companhia prorrogou o vencimento da dívida de curto prazo com o BNDES para 15 de agosto de 2017 ou na data de desembolso do financiamento de longo prazo.

